



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2016/398561-8

01 nov 2016 14:04

JUCERJA

Guis: 102140155

3330016560-6

Atos: 980

LIGHT ENERGIA S/A

HASH: N1G1139856181

Comprova exigência no mesmo local da entrada. Junta - Calculado: 503,00 Parcela: 503,00 DNRJ - Calculado: 0,00 Pago: 0,00

ULT. ARQ.: 0000961374 17/10/2016 501

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	Nº DE MATR. AUXILIAR D
33.3.0016560-6	204-6 (vide Tabela 1)	

1. REQUERIMENTO

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33.3.0016560-6
Protocolo: 00-2016/398561-8 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO:
ED33000727-5/000
DATA: 03/11/2016
Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

Arquivamento da Escritura da 4ª Emissão de Debêntures

Rio de Janeiro

Local

01/11/2016

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: Paula Regina Novello Cury

Assinatura: *Paula Regina Novello Cury*

Telefone de contato: 2211-2781

2. USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
A decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

03/11/2016

Data

Oscar Virgilio

VOGAL - ID: 43544991

Presidente da Turma

Mauro Tinoco de Rezende Filho

Vogal - JUCERJA

Id. Funcional: 4468375-7

Eduardo Magalhães Deyo

Vogal - JUCERJA

Id. Funcional: 5072559-1

OBSERVAÇÕES:

70 Fls. *[assinatura]*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LIGHT ENERGIA S/A

Nire: 33300165606

Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A43B1BDEBB2AB1533E2305DE144A

Arquivamento: ED33000727-5/000

[assinatura]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110661

4

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRÁFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LIGHT ENERGIA S.A.**

entre

LIGHT ENERGIA S.A.
como Emissora

LIGHT S.A.
Como Fiadora

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
28 de outubro de 2016

1

SP - 18690249v1

10

8

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000



5110662

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA LIGHT ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

LIGHT ENERGIA S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM como categoria B, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, Parte, Segundo Andar, Corredor B, Centro, CEP 20080-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.818/0001-36, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando os Debenturistas adquirentes das Debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

E, na condição de fiadora:

LIGHT S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, parte, 2º andar, Corredor A, Centro, CEP 20080-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.378.521/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Fiadora");

RESOLVEM celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Light Energia S.A." ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles a seguir atribuído:



AGD ou Assembleia Geral de
Debenturistas

Assembleia Geral de Debenturistas.

Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários, qualificada acima.

ANBIMA

ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos
Mercados Financeiro e de Capitais.

Banco Liquidante

Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório
na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na
Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar,
inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04.

Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as
aplicações financeiras com liquidez imediata, com
vencimento em até 3 (três) meses e sem perda
significativa de valor. São classificadas como ativos
financeiros a valor justo por meio do resultado e estão
registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos
auferidos até as datas de encerramento das
demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-
rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados, instituição
devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil
para a prestação de serviços de depositária de ativos
escriturais e liquidação financeira, com sede no
Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,
na Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, CEP
20031-170.

Cetip21

Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários, módulo de
negociação secundária de títulos e valores mobiliários,
administrado e operacionalizado pela CETIP.

CNPJ/MF

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da
Fazenda.

Código Civil

Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme
alterada.



Contrato de Colocação

"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços e Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da 4ª Emissão da Light Energia S.A.", a ser celebrado entre Emissora e os Coordenadores.

Controlada

Sociedade na qual a Emissora e/ou a Fiadora detenha(m) participação direta superior a 50%(cinquenta por cento) do capital social.

Coordenador Líder

Instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de intermediária líder da Oferta Restrita, a ser indicada pela Emissora nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

Coordenadores

Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que intermediarão a Oferta Restrita e o Coordenador Líder, quando mencionados em conjunto.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data da Primeira Integralização

Data da primeira subscrição e integralização das Debêntures.

Data de Emissão

16 de novembro de 2016.

Data de Integralização

Data que ocorrer a subscrição e integralização das Debêntures, podendo ser diferente da Data da Emissão.

Data de Pagamento da Remuneração

Datas de pagamento da remuneração, de acordo com o cronograma previsto no item 5.7.2 desta Escritura.

Data de Vencimento

16 de novembro de 2017.

Debêntures

As 100.000 (cem mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª (quarta) emissão da Emissora.



Debêntures em Circulação

Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de AGD previstos nesta Escritura, todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e/ou pela Fiadora; e (ii) as de titularidade de (a) acionistas controladores (ou grupo de controle), direta ou indiretamente, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, e/ou coligadas da Emissora e/ou pela Fiadora; e (b) administradores da Emissora e/ou da Fiadora, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, serão consideradas Debêntures em circulação.

Debenturistas

Os titulares das Debêntures.

Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anterior, o total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e aceite de financiamentos à medida que tais financiamentos constituam Dívida, incluindo as despesas de juros relacionadas a fundo e/ou plano de pensão.

Dia Útil

Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

Dívida

Somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Fiadora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis da Fiadora e o diferencial por operações como derivativos, incluindo dívidas relacionadas a fundo e/ou plano de pensão.

Dívida Líquida

Corresponde à Dívida deduzida de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Investimentos.

EBITDA

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativa aos 4 (quatro) trimestres do ano civil



imediatamente anterior, ou no *press release* respectivo, o Lucro Líquido (i) acrescido, desde que deduzido do cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (a) despesas de impostos sobre o Lucro Líquido, (b) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (c) despesa de amortização e depreciação, (d) perdas extraordinárias e não recorrentes, (e) ajustes positivos e negativos da CVA – Conta de Ajustes das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional, e (f) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido; e (ii) decrescido, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade de (a) receitas financeiras, (b) ganhos extraordinários não recorrentes, e (c) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de Caixa.

Emissão	A 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.
Emissora	A Light Energia S.A., acima qualificada.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos no item 5.10.3 desta Escritura.
Escritura	O presente "Instrumento Particular de Escritura" da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Light Energia S.A."
Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64.
Eventos de Vencimento Antecipado	Eventos previstos na Cláusula 7 da Escritura.
Fiadora	Light S.A., acima qualificada.
Fiança	É a garantia fidejussória prestada pela Fiadora nos termos desta Escritura.



Formulário de Referência

A versão mais recente do Formulário de Referência da Emissora elaborada de acordo com a Instrução CVM nº 480/09 e disponível nas páginas da CVM e da Emissora na rede mundial de computadores.

IGP-M

Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Índices Financeiros

Os índices financeiros previstos no item 7.2.1 (ix) desta Escritura.

Instrução CVM nº 28/83

Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.

Instrução CVM nº 358/02

Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM nº 400/03

Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Instrução CVM nº 480/09

Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Instrução CVM nº 539/13

Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.

Instrução CVM nº 554/14

Instrução CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada.

Investidores Profissionais

São os investidores profissionais, nos termos da Instrução CVM nº 539/13, conforme alterada inclusive pela Instrução CVM nº 554/14: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por



5110668

11

escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539/13; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

Investidores Qualificados

São os investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 539/13, conforme alterada inclusive pela Instrução CVM nº 554/14: (i) os Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539/13; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

Investimentos

Aplicações financeiras com vencimento superior a 3 (três) meses e/ou que tenham restrições de resgate, não sendo caracterizadas como de liquidez imediata pela Fiadora, sendo as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de resultado.

JUCERJA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 6.385/76

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Lei nº 6.404/76 ou Lei das Sociedades por Ações

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

AD

Handwritten signature and initials.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606

Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A

Arquivamento: ED33000727-5/000

Handwritten signature of Bernardo F. S. Berwanger.
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



Lucro Líquido

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anterior, o lucro líquido (ou prejuízo), excluídos (i) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade existente antes da data em que referida entidade tornou-se uma subsidiária da Fiadora ou tenha sido incorporada ou fundida à Fiadora ou às suas subsidiárias; (ii) ganhos ou perdas relativos à disposição de ativos da Fiadora ou de suas subsidiárias; (iii) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis; (iv) quaisquer perdas resultantes da flutuação de taxas cambiais; (v) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregado; (vi) lucro líquido de operações descontinuadas; e (vii) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (i) a (vi) acima.

MDA

Módulo de Distribuição de Ativos, ambiente de distribuição primária, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Novo Código de Processo Civil

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.

Oferta Restrita

A distribuição pública, com esforços restritos, sob o regime de melhores esforços e garantia firme de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

Ônus

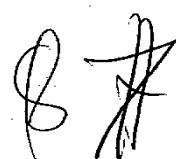
Hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima.

RCA da Emissora

Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 28 de outubro de 2016, que aprovou os termos e condições da presente Emissão.

RCA da Fiadora

Reunião do Conselho de Administração da Fiadora realizada em 28 de outubro de 2016, que aprovou a concessão da Fiança.





Remuneração

13
É a remuneração das Debêntures, pactuada no item 5.7 desta Escritura.

Taxa DI ou Taxa DI Over

A taxa média diária dos depósitos interfinanceiros - DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Valor Garantido

Valor total das obrigações, presentes e futuras, da Emissora previstas nesta Escritura, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura e/ou previstos nos demais documentos da Emissão, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura e demais documentos da Emissão e suas posteriores alterações (inclusive honorários advocatícios) e verbas indenizatórias, quando houver, até o integral cumprimento de todas obrigações constantes desta Escritura e nos demais documentos da Emissão. Para fins da presente definição, não estão inclusos os valores relativos ao pagamento (i) do Banco Liquidante; (ii) do Escriturador; e (iii) das taxas da CETIP.

Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada pela Emissora com base na RCA da Emissora realizada em 28 de outubro de 2016, na qual foram aprovadas: (i) a Emissão das Debêntures e a Oferta Restrita, bem como seus respectivos termos e condições; bem como (ii) autorização para a diretoria da Emissora praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, incluindo a celebração de todos os documentos necessários à concretização da Emissão e da Oferta Restrita.



5110671

2.2 A presente Escritura é firmada pela Fiadora com base na RCA da Fiadora realizada em 28 de outubro de 2016, na qual foi aprovada, dentre outros, a outorga e as condições da Fiança.

3. REQUISITOS

3.1 A presente Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 *Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA*

3.1.1.1 Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09 e do artigo 19 da Lei nº 6.385/76, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição, não sendo objeto de protocolo, registro e arquivamento perante a CVM, exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta Restrita e a comunicação de seu encerramento à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º, respectivamente, da Instrução CVM nº 476/09.

3.1.1.2 Por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita será registrada na ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, desde que, até a data da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, sejam expedidas diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, do referido código.

3.1.2 *Arquivamento e Publicação dos Documentos Societários*

3.1.2.1 A ata da RCA da Emissora que deliberou sobre a presente Emissão e a realização da Oferta Restrita será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Comercial e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.2.2 A ata da RCA da Fiadora que deliberou sobre a outorga da Fiança será devidamente arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Comercial e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

3.1.3 *Inscrição e Registro da Escritura*

3.1.3.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura, devendo 1 (uma) cópia eletrônica



15

(PDF) contendo o comprovante de registro, ser enviada ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis após seu efetivo arquivamento.

3.1.3.2 A Emissora declara-se ciente de que a liquidação financeira da presente Emissão somente será realizada após o (i) registro, na JUCERJA, (a) desta Escritura; (b) da RCA da Emissora, nos termos da Cláusula 3.1.2.1 acima; e (c) da RCA da Fiadora, nos termos da Cláusula 3.1.2.2 acima, bem como (ii) da publicação da RCA da Emissora e da RCA da Fiadora, nos termos das Cláusulas 3.1.2.1 e 3.1.2.2 acima, respectivamente.

3.1.4 Registro da Escritura em Cartório de Registro de Títulos e Documentos

3.1.4.1 Tendo em vista que a presente Emissão conta com garantia fidejussória adicional, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede de todas as partes e da Fiadora no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da presente data. Após referido registro ou averbação nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, a Emissora deverá encaminhar uma via original da Escritura e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados ou averbados para o Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias contados da data do referido registro ou averbação.

3.1.5 Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira

3.1.5.1 As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição primária através do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do Cetip21, também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.1.5.2 Não obstante o descrito no item 3.1.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas, entre Investidores Qualificados, nos mercados regulamentados de valores mobiliários, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição, ou aquisição pelos Investidores Profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, considerando que a Emissora esteja cumprindo as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto social (a) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e

ND

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000



5110673

16
mmf

4.6.3. O Banco Liquidante e o Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo, a critério dos Debenturistas, após aprovação em AGD, em conjunto com a Emissora.

4.7 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob o regime de garantia firme de colocação para 86.000 (oitenta e seis mil) Debêntures ("Quantidade Mínima da Emissão"), totalizando o montante de R\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de reais), e sob o regime de melhores esforços de colocação para 14.000 (quatorze mil) Debêntures, totalizando R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com intermediação dos Coordenadores, conforme os termos e condições do Contrato de Colocação a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora ("Oferta Restrita").

4.7.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada a partir da data de início de distribuição, dentro do prazo de distribuição estabelecido pela Instrução CVM nº 476/09 e no Contrato de Colocação.

4.7.3 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

4.7.3.1 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

4.7.3.2 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.

4.7.3.3 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão.

4.7.4. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos do artigo 30, parágrafo 2º, da Instrução CVM n.º 400/03 e do artigo 5-A da Instrução CVM 476/09, desde que haja colocação da Quantidade Mínima da Emissão. Caso não haja colocação da Quantidade Mínima da Emissão, a Oferta Restrita será cancelada e os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão os montantes utilizados na referida integralização sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado que a Quantidade Mínima da Emissão não foi atingida, observado que, com relação às Debêntures custodiadas na CETIP, o resgate será realizado de acordo com os procedimentos da CETIP. Caso haja

AD

8

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vista à exploração econômica e comercial; (c) prestar serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (d) ceder onerosamente faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que sejam contabilizadas em separado e que a cessão seja previamente aprovada pela autoridade que outorgue concessão, autorização ou permissão para a Emissora realizar qualquer das atividades previstas em seu objeto social; (e) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto; e, (f) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 A presente Emissão constitui a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

4.3 Valor Total da Emissão

4.3.1 O valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão, observada a possibilidade de distribuição parcial, conforme disposto na Cláusula 4.7.4. abaixo.

4.4 Número de Séries

4.4.1 A Emissão será realizada em série única.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, observada a possibilidade de distribuição parcial, conforme disposto na Cláusula 4.7.4. abaixo.

4.6 Banco Liquidante e Escriturador

4.6.1. Para fins da presente Emissão, o Banco Liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04.

4.6.2. Para fins da presente Emissão, o Escriturador das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64.



5110675

colocação igual ou superior à Quantidade Mínima da Emissão, eventual saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta Restrita será cancelado pela Emissora por meio de aditamento a esta Escritura, sem a necessidade de realização de deliberação societária da Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.

4.7.4.1. Tendo em vista que a distribuição poderá ser parcial, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 400, o Investidor Profissional poderá, no ato da aceitação à Oferta Restrita, condicionar sua adesão a que haja distribuição:

- (i) da totalidade das Debêntures objeto da Oferta Restrita, sendo que, se tal condição não se implementar e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de subscrição, nos termos da Cláusula 5.2.2.1., as Debêntures deverão ser resgatadas pela Emissora, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, observado que, com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, tal procedimento será realizado de acordo com os procedimentos da CETIP; ou
- (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta Restrita, definida conforme critério do próprio investidor, mas que não poderá ser inferior à Quantidade Mínima da Emissão, podendo o Investidor Profissional, no momento da aceitação, indicar se, implementando-se a condição prevista, pretende permanecer com a totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas por tal Investidor Profissional ou quantidade equivalente à proporção entre a quantidade de Debêntures efetivamente distribuída e a quantidade de Debêntures originalmente objeto da Oferta Restrita, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Investidor Profissional em permanecer com a totalidade das Debêntures subscritas e integralizadas por tal Investidor Profissional, sendo que, se o Investidor Profissional tiver indicado tal proporção, se tal condição não se implementar, as Debêntures deverão ser resgatadas pela Emissora, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos incidentes, se existentes, e aos encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificado o não implemento da condição, observado que, com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, tal procedimento será realizado de acordo com os procedimentos da CETIP.

4.8 Destinação dos Recursos

4.8.1 Os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão serão integralmente destinados ao reforço de caixa e capital de giro da Emissora.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606

Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A

Arquivamento: ED33000727-5/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110676

4.9 Garantia Fidejussória

4.9.1 Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas nesta Escritura pela Emissora, a Fiadora presta Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, por todos os valores devidos nos termos desta Escritura, até o resgate integral das Debêntures, conforme os termos e condições abaixo, observado o disposto no artigo 397 do Código Civil.

4.9.2 A Fiadora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável, pelo Valor Garantido.

4.9.3 Verificada a mora da Emissora, nos termos do artigo 397 do Código Civil, o Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 2 (dois) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, informando a mora da Emissora, o valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário no Dia Útil seguinte à ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures nas datas de pagamento definidas na Escritura ou quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas pelo Agente Fiduciário.

4.9.4 A Fiadora expressamente renuncia a todo e qualquer benefício de ordem, bem como a direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 130 e 794 do Novo Código de Processo Civil.

4.9.5 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.9.6 Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado de modo que os Debenturistas recebam da Fiadora os valores que seriam pagos caso o pagamento fosse efetuado pela própria Emissora, ou seja, livre e líquido de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.



5110677

20
Amil

4.9.7 A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Escritura, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.9.8 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias nos termos da presente Escritura, incluindo todo Valor Garantido.

4.9.9 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Fiadora.

4.9.10 Para os fins do disposto no artigo 835 do Código Civil, a Fiadora, neste ato, declara ter lido e concorda, em sua integridade, com o disposto nesta Escritura, estando ciente dos termos e condições da Fiança prestada e das Debêntures.

4.9.11 A Fiadora poderá efetuar o pagamento do Valor Garantido, independentemente do recebimento da notificação a que se refere o item 4.9.3 acima ou de qualquer outra medida.

5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1 Características das Debêntures

5.1.1 Valor Nominal Unitário

5.1.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão.

5.1.2 Data de Emissão

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 16 de novembro de 2016.

5.1.3 Forma e Emissão de Certificados

5.1.3.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

AD

R J

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000



21

5.1.4 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.4.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.5 *Conversibilidade*

5.1.5.1 As Debêntures serão simples, não sendo, portanto, conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.6 *Espécie*

5.1.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, com garantia adicional fidejussória.

5.2. **Subscrição**

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será (i) pelo seu Valor Nominal Unitário na Data da Primeira Integralização; ou (ii) pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures até a respectiva Data de Integralização.

5.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição de acordo com os procedimentos aplicáveis da CETIP.

5.4 **Direito de Preferência**

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

18

[Handwritten signatures]



22
Ammy

5.5 Prazo e Data de Vencimento

5.5.1 Observado o disposto nesta Escritura, o vencimento das Debêntures ocorrerá após 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, ou seja, em 16 de novembro de 2017. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.6 Atualização Monetária do Valor Nominal

5.6.1 Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

5.7 Remuneração das Debêntures

5.7.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 4,00% (quatro inteiros por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) desde a Data da Primeira Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento.

5.7.2 A Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente, a contar da Data de Emissão, no dia 16 dos meses de fevereiro, maio, agosto e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 16 de fevereiro de 2017 e o último na Data de Vencimento.

5.7.3 A Remuneração das Debêntures deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$


onde:

J = valor da Remuneração na respectiva data de pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, após cada amortização programada, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

AD

R J


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110680

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{Fator Spread})$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , desde a Data da Primeira Integralização (ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso), inclusive, até a respectiva data de pagamento, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordens das Taxas DI Over, variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI Over de ordem k , divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = Sobretaxa calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde:

13

Handwritten signatures and initials.



5110681

spread = 4,0000; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Primeira Integralização das Debêntures (ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

5.7.4. Observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- iii) a Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

5.7.5. Observado o quanto estabelecido no item 5.7.6 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.7.6. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis subsequentes ao prazo de 10 (dez) dias acima, e na forma estipulada nesta Escritura, AGD para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá guardar a maior semelhança possível com a sistemática de remuneração até então adotada, visando preservar o equilíbrio econômico financeiro da relação contratual. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item 5.7.3 acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.7.7. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

AB

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A

Nire: 33300165606

Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A

Arquivamento: ED33000727-5/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



25

5.7.8 Caso, na AGD realizada conforme o item 5.7.6 acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora se obriga, desde já, a (i) resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da realização da AGD prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura será utilizado, para apuração do "TDIk", a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou (ii) amortizar o saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Emissora e aprovado pelos Debenturistas reunidos em AGD, o qual não excederá a Data de Vencimento e o prazo médio de amortização das Debêntures, observado que, durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures, as Debêntures farão jus à remuneração definida pelos Debenturistas reunidos na AGD, prevalecendo a taxa que tiver o maior número de votos dos Debenturistas presentes.

5.7.9. A Fiadora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 5.7.7 e 5.7.8 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme assim previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. A Fiadora, desde já, concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na cláusula 5.7.8 acima.

5.8 Repactuação

5.8.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

5.9 Amortização Programada

5.9.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas trimestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 16 de maio de 2017 e o último na Data de Vencimento, conforme cronograma de pagamento abaixo indicado, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures em decorrência da indisponibilidade da Taxa DI, nos termos da Cláusula 5.7.8 acima, ou vencimento antecipado das Debêntures:

10

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000



26
mm

Parcela	Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures	Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão a ser Amortizado
1ª	16 de maio de 2017	33,3333%
2ª	16 de agosto de 2017	33,3333%
3ª	16 de novembro de 2017	33,3334%

5.10 Condições de Pagamento

5.10.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.10.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora; ou (b) conforme o caso, de acordo com os procedimentos adotados pelo Escriturador.

5.10.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

5.10.1.3 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 5.10.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas neste item 5.10.1.3, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e Escriturador ou pela Emissora.

10
\$
X



5110684

27

5.10.1.4 Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item acima e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem qualquer questionamento por parte dos Debenturistas, e/ou Banco Liquidante, e/ou Escriturador junto a Emissora.

5.10.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.10.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

5.10.3 *Encargos Moratórios*

5.10.3.1 Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou pela Fiadora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos ficarão sujeitos, sem prejuízo do pagamento da Remuneração, a (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento dos débitos em atraso, à taxa de 1% (um inteiro por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.10.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.10.4.1 Sem prejuízo do previsto no item 5.10.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

5.11 **Publicidade**

5.11.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na forma de "Aviso aos Debenturistas" e, quando exigido pela legislação, no Diário Comercial, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei

AD

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000



28
[Handwritten signature]

nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e na página da Emissora na rede internacional de computadores, que está localizada dentro da página de seu grupo econômico (ri.light.com.br). Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

6. AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO

6.1 Aquisição Facultativa

6.1.1 É facultado à Emissora, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76 (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM à época.

6.1.2 As Debêntures objeto deste procedimento poderão, a exclusivo critério da Emissora (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

6.2 Resgate Antecipado e Amortização Extraordinária

6.2.1 Não será admitido o resgate antecipado facultativo das Debêntures, seja total ou parcial, ou a amortização antecipada facultativa das Debêntures.

7. VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1 Vencimento Antecipado Automático

7.1.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência da ocorrência das hipóteses abaixo, antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, sempre respeitados os prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigir da Emissora, mediante envio de notificação nos termos da Cláusula 7.1.2. abaixo, o pagamento em até 1 (um) Dia Útil, contado do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores

[Handwritten initials and signatures]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A43B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000



5110686

eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- i) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura na respectiva data de pagamento;
- ii) (a) cessação das atividades empresariais pela Emissora e/ou Fiadora, ou adoção de medidas voltadas à sua respectiva liquidação, dissolução ou extinção, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um evento de vencimento antecipado nos termos dos incisos (xiii) e (xiv) do item 7.2.1 abaixo; (b) decretação de falência da Emissora ou da Fiadora; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora ou pela Fiadora; (d) pedido de falência da Emissora ou da Fiadora, formulado por terceiros e não elidido no prazo legal através do depósito judicial e/ou contestação, comprovando falsidade de título, prescrição, nulidade de obrigação ou de título, pagamento da dívida, qualquer outro fato ou teses de defesa a serem alegadas, conforme previsto na legislação, que extinga ou suspenda obrigação ou não legitime a cobrança de título, vício em protesto ou em seu instrumento; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora ou da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (f) qualquer evento análogo que caracterize comprovado estado de insolvência da Emissora ou da Fiadora, nos termos da legislação aplicável;
- iii) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- iv) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Fiadora, de forma que (a) a Emissora deixe de atuar preponderantemente no setor de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica; ou (b) a Fiadora deixe de ter como objeto principal a participação em sociedades que atuem na geração, distribuição e/ou comercialização de energia elétrica;
- v) perda, caducidade, cassação definitiva, encampação, extinção da concessão, licença e/ou autorização, conforme aplicável, ou término, por qualquer motivo, de quaisquer contratos de concessão, outorgados à Emissora para explorar regularmente atividades relacionadas à geração e transmissão de energia;
- vi) intervenção do poder concedente na concessão outorgada à Emissora para explorar atividades relacionadas à geração e transmissão de energia decorrente de fatos relacionados à sua capacidade econômica;
- vii) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;



- viii) se esta Escritura ou qualquer uma de suas disposições relevantes for revogada, anulada, rescindida, se tornarem nulas, inválidas, inexecutáveis ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor, sem que tal fato não seja remediado pela Emissora e/ou Fiadora no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de ciência, sendo que a referida remediação deverá ser aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- ix) questionamento judicial, por qualquer terceiro, das Debêntures, com relação ao qual a Emissora e/ou a Fiadora não tenham tomado as medidas necessárias para contestar referido questionamento no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora e/ou a Fiadora tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;
- x) decisão judicial que declare a invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura; e
- xi) descumprimento da obrigação relacionada à destinação dos recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido na Cláusula 4.8 acima.

7.1.2. Ocorrendo quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado automáticas previstas na Cláusula 7.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Nesse caso, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas as Debêntures e enviará à Emissora, com cópia para a CETIP, comunicação escrita, nos termos da Cláusula 7.2.3 abaixo, informando tal acontecimento.

7.2 Vencimento Antecipado Mediante Assembleia Geral de Debenturistas

7.2.1 O Agente Fiduciário (ou outro participante elegível, nos termos da Cláusula 10.1.2 abaixo) deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo estabelecido nesta Escritura, e comunicar a Emissora, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar (i) a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, ou (ii) tomar quaisquer outras providências necessárias, na ciência da ocorrência das hipóteses previstas abaixo:

- i) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora que não tenham sido declarados até a data de celebração desta Escritura, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, caso a Emissora esteja em mora em relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- ii) alteração ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora ou da Fiadora, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que (a)



131

os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação tenham aprovado previamente em Assembleia de Debenturistas; (b) exclusivamente no caso da Fiadora, após anunciada ou ocorrida referida alteração ou transferência de controle acionário, a classificação de risco (*rating*) atribuída na Data de Emissão à Fiadora pela agência de classificação de risco não seja objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco; e (c) não haja a saída da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG do bloco de controle da Fiadora ou do controle indireto da Emissora;

- iii) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, confiscar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou da Fiadora, que impossibilite a manutenção do curso ordinário de seus negócios;
- iv) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura sejam falsas, incompletas, inconsistentes ou incorretas, sem que a declaração falsa, incompleta, inconsistente ou incorreta seja devidamente corrigida e/ou completada e/ou justificada pela Emissora e/ou pela Fiadora no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua ciência pela Emissora e/ou Fiadora;
- v) não manutenção, pela Emissora, de seguro para seus ativos operacionais relevantes, conforme as melhores práticas correntes em seus mercados de atuação, não sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do respectivo inadimplemento;
- vi) realização, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social ou contrato social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- vii) descumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de cura estipulado para a respectiva obrigação, ou na sua ausência, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados de sua ocorrência;
- viii) realização, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer ato em desacordo com esta Escritura ou com qualquer outro documento relacionado à Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas em tais documentos;
- ix) não observância, pela Fiadora, por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 4 (quatro) intercalados, de qualquer dos índices financeiros abaixo, a serem apurados pela Fiadora e acompanhados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações

AD

§

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



32
mm

financeiras consolidadas da Fiadora relativas a cada trimestre do ano civil, a partir, inclusive, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016: (a) do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do total da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) (b) do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Bruto, que deverá ser igual ou superior a 2,00 (dois inteiros) (em conjunto, os "Índices Financeiros");

- x) cessão ou qualquer forma de transferência, no todo ou em parte, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- xi) constituição de qualquer Ônus sobre ativos relevantes da Emissora e/ou da Fiadora (exceto se para a prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contrato de compra de energia elétrica celebrados pela Emissora, bem como para constituição de garantia em contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES), considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- xii) redução do capital social da Emissora sob qualquer forma, exceto se (a) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) exclusivamente no caso de absorção de prejuízos acumulados;
- xiii) cessão, promessa de cessão, venda ou alienação, pela Emissora, por qualquer meio, seja de forma gratuita ou onerosa de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- xiv) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária, direta ou indireta envolvendo a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do

18

2

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A43B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000



5110690

33
[Handwritten signature]

Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;

- xv) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora, da Fiadora e/ou das suas respectivas Controladas, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, desde que (i) o referido arresto, sequestro ou penhora de bens não tenham os seus efeitos suspensos no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua realização, ou (ii) as referidas restrições impeçam de forma definitiva a manutenção do curso ordinário dos negócios da Emissora, da Fiadora e/ou das suas respectivas Controladas;
- xvi) se a Emissora e/ou a Fiadora ou seus administradores sofrerem condenação definitiva relacionada a qualquer procedimento administrativo ou judicial relacionado à prática de atos lesivos à administração pública, ao sistema financeiro nacional, crimes contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, prostituição, nos termos da legislação aplicável;
- xvii) inclusão da Emissora ou da Fiadora em qualquer cadastro de proteção ao crédito, que não seja sanada ou declarada ilegítima no prazo de até 15 (quinze) dias, cujo valor, individual ou em conjunto, do fato que resultou em sua inclusão em referido cadastro de proteção ao crédito, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- xviii) transferência, ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pela Fiadora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- xix) o rebaixamento do rating da Emissora e/ou da Fiadora de 2 (dois) *noches*, pela Fitch Ratings, Moodys e/ou agência de classificação de risco distinta, em relação aos conceitos atribuídos na data de assinatura da Escritura de Emissão, quais sejam: (a) A- (bra), atribuído pela Fitch Ratings ou Baa2.br, atribuído pela Moodys, no caso da Emissora, ou conceito similar, em se tratando de agência de classificação de risco distinta; e/ou (b) A- (bra), atribuído pela Fitch Ratings ou Baa3.br, atribuído pela Moodys, no caso da Fiadora, ou conceito similar, em se tratando de agência de classificação de risco distinta;
- xx) inadimplemento, pela Emissora, Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de cura previstos nos respectivos contratos/instrumentos, caso aplicável;

*[Handwritten initials]**[Handwritten signature]*

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110691

- xxi) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- xxii) protesto de títulos contra (ainda que na condição de garantidora) a Emissora ou a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas Controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que (a) foi cancelado ou suspenso por ordem judicial; (b) foram prestadas garantias aceitas pelo juízo competente; ou (c) foi validamente comprovado pela Emissora ou pela Fiadora perante o juízo competente que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; e
- xxiii) descumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso que resulte em uma obrigação de pagamento pela Emissora ou pela Fiadora envolvendo valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, contra a Emissora e/ou a Fiadora.

7.2.2 Uma vez instalada a AGD prevista no item 7.2.1 anterior, será necessário o quórum especial de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Caso não seja deliberada a não declaração do vencimento antecipado pelos Debenturistas, ou referida assembleia não seja instalada em primeira e segunda convocações, será imediatamente declarado o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, cujos Debenturistas farão jus ao pagamento nos termos previstos nos itens abaixo.

7.2.3 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação em até 1 (um) Dia Útil à Emissora, com cópia para CETIP.

7.2.4 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu pagamento deverá ser efetuado em até 1 (um) Dia Útil contados do envio da carta mencionada no item 7.2.3 acima, sob pena do disposto no item 7.2.5 abaixo, devendo o Agente Fiduciário exigir da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), acrescido da Remuneração devida desde a Data da Primeira Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura.



5110692

135
Lump

7.2.5 Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

7.3. Caso o pagamento dos valores devidos pela Emissora em decorrência da declaração do vencimento antecipado, automático ou não automático, ocorra em data diversa da data da efetiva declaração do vencimento antecipado, o referido pagamento deverá ocorrer fora do ambiente CETIP.

8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

8.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

a) em até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou na data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas de parecer dos auditores independentes da Emissora, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora"); e (2) de declaração assinada pelos diretores da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (x) que permanecem válidas as disposições contidas na Emissão; (y) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (z) que não foram praticados atos em desacordo com esta Escritura;

b) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) ou na data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora com revisão limitada por auditor independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Emissora") e, em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora";

c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;

132

B

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral




36

- d) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado;
- e) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora relacionada a uma hipótese de vencimento antecipado;
- f) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- g) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- h) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário; e
- i) informações sobre a constituição de Ônus de qualquer natureza sobre ativos relevantes da Emissora, considerando-se ativos relevantes aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva constituição.
- ii) manter atualizado o registro de companhia aberta da Emissora perante a CVM;
- iii) não contratar mútuos com Partes Relacionadas cujo valor, individual ou agregado, seja superior à R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, salvo se os recursos forem destinados a investimentos nas atividades operacionais pela Emissora e/ou em suas subsidiárias, sendo proibida a sua utilização para distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas. Para os fins desta cláusula, o conceito "Partes Relacionadas" significa (i) todo e qualquer indivíduo, seja pessoa física, sociedade anônima, *partnership*, sociedade limitada, associação, condomínio, trust ou outra pessoa jurídica ou organização, que seja, direta ou indiretamente, sua controladora, Controlada, ou, ainda, que esteja, direta ou indiretamente, sob o controle do(s) mesmo(s) controlador(es) final(is) da Emissora ou da Fiadora, ou (ii) qualquer pessoa jurídica na qual os acionistas da Emissora ou da Fiadora tenham interesse econômico direto ou indireto;

AD

8


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000



5110694

37

iv) contribuir para a preservação do meio ambiente nas operações que envolvam obras civis mantendo, sempre que possível, a vegetação nativa ou efetuando o plantio de mudas de árvores nativas da região, observando o solo, clima e o local em que serão plantadas;

v) utilizar na execução de seus projetos, na medida do possível, equipamentos voltados para a preservação do meio ambiente;

vi) adotar e fazer com que o executor de obras de seus projetos adote as seguintes providências, de forma a favorecer à preservação ambiental: (i) minimizar os impactos da obra no meio ambiente; (ii) aproveitar, passivamente, os recursos naturais do ambiente local; (iii) realizar a gestão e economia de água e energia na construção; (iv) promover o uso racional dos materiais de construção; (v) arborizar e estimular o plantio de árvores nas áreas de intervenção; e (vi) promover discussões e difundir entre seus membros conhecimentos sobre reaproveitamento de materiais, uso racional dos recursos naturais, medidas alternativas de baixo custo de aquecimento de água/materiais degradáveis para construção/outras, riscos decorrentes da não preservação ambiental e demais questões pertinentes;

vii) contratar e manter contratada durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, ao menos 1 (uma) agência de classificação de risco para a classificação de risco (rating) da Emissora, para realizar a classificação de risco (rating) da Emissora, devendo, ainda, com relação a agência de classificação de risco (a) atualizar a classificação de risco da Emissora anualmente, a partir da data do respectivo relatório, até a Data de Vencimento; (b) divulgar e permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco relativos à Emissora veiculados pela agência de classificação de risco, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis; e (d) comunicar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, ao Agente Fiduciário, qualquer alteração da classificação de risco relativa à Emissora de que tenha conhecimento; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco da Emissora, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, Moody's ou a Fitch Ratings; ou (ii) notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que os Debenturistas definam a agência de classificação de risco substituta, caso esta não venha a ser quaisquer das agências de classificação de risco citadas no item (i) acima;

viii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais ao exercício de suas atividades, com exceção dos casos em que estejam sendo questionados de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial ou cujo descumprimento não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;

AD

8

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110695

39

ix) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu depósito na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador;

x) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura;

xi) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

xii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, a CETIP e o Agente Fiduciário e realizar todas e quaisquer outras providências necessárias à manutenção das Debêntures;

xiii) efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora e, se aplicável, da Fiadora;

xiv) efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos previstos nesta Escritura; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos previstos nesta Escritura;

xv) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;

xvi) convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer nos termos da presente Escritura, mas não o faça no prazo aplicável;

xvii) comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;

xviii) observar e cumprir toda a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, com exceção dos casos em que estejam sendo questionados de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial ou cujo descumprimento não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações previstas neste instrumento, zelando sempre para que (i) a Emissora não utilize, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo, formas nocivas ou de exploração de trabalho forçado e/ou mão de obra infantil, sendo que (a) por trabalho forçado entende-se todo trabalho

AD



5110696

139

e serviço, executado de forma não voluntária, que é obtido de um indivíduo sob ameaça de força ou punição, (b) por mão de obra infantil entende-se contratação de crianças, exploração econômica, ou atividade que tenha a probabilidade de oferecer perigo, interferir com a educação da criança, ou ser prejudicial à saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança; (ii) os trabalhadores da Emissora estejam devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) a Emissora cumpra as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor, em especial, mas sem limitar-se às obrigações junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); (iv) a Emissora cumpra a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança públicas; (v) a Emissora detenha todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações relevantes para o regular exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura; e (vi) a Emissora tenha todos os registros relevantes para a realização das suas atividades, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;

xix) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, suas Controladas e as pessoas agindo em seu nome, incluindo Representantes (conforme abaixo definido) a Lei Anticorrupção (conforme abaixo definido) ou outra que lhe seja aplicável, bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas (conforme abaixo definido), devendo (i) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, bem como realizar quaisquer das Condutas Indevidas (conforme abaixo definido); e (ii) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário;

xx) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as Controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do

139

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A

Nire: 33300165606

Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A

Arquivamento: ED33000727-5/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110697

relatório citado no inciso "xiii" da Cláusula 9.4.1, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso "xiv" da Cláusula 9.4.1 abaixo; e

xxi) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:

- a) preparar demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício social, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
- b) submeter suas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício social à auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- c) divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados no subitem "c", acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário e ao Coordenador Líder; e
- g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;

8.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações,



5110698

prejuízos, perdas e danos diretos, a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

8.2. Sem prejuízo das demais obrigações previstas em relação às Debêntures, a Fiadora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) em até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou na data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Fiadora") e (ii) relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, com base nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à sua apuração, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do cálculo pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
 - b) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) ou na data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora com revisão limitada por auditor independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Fiadora") e, em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Fiadora, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora") e (ii) relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, com base nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à sua apuração, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
 - c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado;



5110699

42

- d) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Fiadora relacionada a uma hipótese de vencimento antecipado;
 - e) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura;
 - f) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Fiadora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Fiadora; e
 - g) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário.
 - h) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM 480;
- ii) manter atualizado o registro de companhia aberta da Fiadora perante a CVM;
- iii) cumprir, e fazer com que a Emissora cumpra as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais ao exercício de suas atividades;
- iv) manter, e fazer com que a Emissora mantenha sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- v) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- vi) efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora e, se aplicável, da Fiadora;
- vii) comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;

AS

8

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110700

43

viii) ... contratar e manter contratada durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, ao menos 1 (uma) agência de classificação de risco para a classificação de risco (rating) da Fiadora, para realizar a classificação de risco (rating) da Fiadora, devendo, ainda, com relação a agência de classificação de risco(a) atualizar a classificação de risco da Fiadora anualmente, a partir da data do respectivo relatório, até a Data de Vencimento; (b) divulgar e permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios de classificação de risco relativos à Fiadora veiculados pela agência de classificação de risco, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis; e (d) comunicar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, ao Agente Fiduciário, qualquer alteração da classificação de risco relativa à Fiadora de que tenha conhecimento; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco da Fiadora, a Fiadora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, Moody's ou a Fitch Ratings; ou (ii) notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que os Debenturistas definam a agência de classificação de risco substituta, caso esta não venha a ser quaisquer das agências de classificação de risco citadas no item (i) acima;

ix) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, suas Controladas e as pessoas agindo em seu nome, incluindo Representantes (conforme abaixo definido) a Lei Anticorrupção (conforme abaixo definido) ou outra que lhe seja aplicável, bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas (conforme abaixo definido), devendo (i) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, bem como realizar quaisquer das Condutas Indevidas (conforme abaixo definido); e (ii) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário; e

x) caso a Fiadora venha a se comprometer, em qualquer outra operação ou por qualquer outro meio, a observar índices financeiros mais rigorosos do que os dispostos nesta Escritura ("Novos Covenants Financeiros"), os Novos Covenants Financeiros passarão a ser aplicados às Debêntures como se aqui estivessem transcritos;

- a) a Emissora e a Fiadora comprometem-se, neste ato, a informar o Agente Fiduciário acerca da contratação de Novos Covenants Financeiros no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura dos documentos que os formalizarem, sendo facultado ao Agente Fiduciário convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a inclusão dos Novos Covenants Financeiros, caso as rubricas de referidos Novos Covenants Financeiros



possuam qualquer diferença em relação às rubricas utilizadas para cálculo dos Índices Financeiros;

- b) caso (b.1) a inclusão dos Novos Covenants Financeiros seja aprovada pelos Debenturistas reunidos em AGD, nos termos do item "a" acima ou (b.2) as rubricas dos Novos Covenants Financeiros sejam idênticas às utilizadas para cálculo dos Índices Financeiros, ocasião em que não será necessária aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD, esta Escritura deverá ser alterada por meio de aditamento celebrado entre as partes, de modo a incluir os Novos Covenants Financeiros; e
- c) a Emissora e a Fiadora comprometem-se, neste ato, a assinar aditamento a esta Escritura, elaborado nos termos da alíneas (a) e (b) acima, no prazo de 30 (trinta) dias contados (c.1) da data de Assembleia Geral de Debenturistas que autorizar a alteração, na hipótese do item (b.1) acima, ou (c.2) da data em que o Agente Fiduciário for notificado acerca da contratação de Novos Covenants Financeiros, na hipótese do item (b.2) acima..

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Nomeação

9.1.1 A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2 Declarações

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara e garante à Emissora, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei nº 6.404/76, e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;



5110702

- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora e/ou Fiadora que o impeça de exercer suas funções;
- v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- xiii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- xiv) verificará, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83, a regularidade da constituição da Fiança, bem como sua exequibilidade;
- xv) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário (i) na 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, em série única, da espécie quirografária, para colocação privada da Light Serviços de Eletricidade S.A., sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico da Emissora ("Light SESA" e "8ª Emissão da Light SESA", respectivamente), com vencimento em 04 de junho de 2026, em que foram emitidas 470 (quatrocentas e setenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000



5110703

inadimplemento, apenas de amortização. Na data de emissão as debêntures da 8ª Emissão da Light SESA são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Fiadora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (ii) na 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Light SESA ("10ª Emissão da Light SESA"), com vencimento em 9 de maio de 2020, em que foram emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão as debêntures da 10ª Emissão da Light SESA são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Fiadora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (iii) na 11ª (décima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Light SESA ("11ª Emissão da Light SESA"), com vencimento em 13 de junho de 2018, em que foram emitidas 17.500 (dezesete mil e quinhentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, apenas de amortização. Na data de emissão as debêntures da 11ª Emissão da Light SESA são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Fiadora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (iv) na 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação ("2ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 19 de agosto de 2019, em que foram emitidas 425 (quatrocentas e vinte e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, apenas de amortização. Na data de emissão as debêntures da 2ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Fiadora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; (v) na 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para colocação privada da Emissora ("3ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 04 de junho de 2026, em que foram emitidas 30 (trinta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, apenas de amortização. Na data de emissão as debêntures da 3ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Fiadora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; e (vi) na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("1ª Emissão da Axxiom"), com vencimento em 19 de agosto de

43

SP - 18590249v1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LIGHT ENERGIA S/A


Nire: 33300165606

Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A

Arquivamento: ED33000727-5/000


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



2019, em que foram emitidas 1.500 (mil e quinhentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, apenas de amortização. Na data de emissão as debêntures da 1ª Emissão da Axxiom, não possuem garantias, conforme previsto na respectiva escritura de emissão;

- xvi) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, Controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário; e
- xvii) o representante legal que assina esta Escritura tem poderes societários e/ou delegados para tanto, podendo cumprir com as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto.

9.3 Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM, de acordo com os prazos previstos no item 10.1.4 abaixo. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e de 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.6 abaixo.

9.3.2 Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente à Emissora, e o fato aos Debenturistas, mediante convocação de AGD, solicitando sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.



5110705

48

9.3.4 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCERJA e levado a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos na forma prevista neste instrumento.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4 Deveres

9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

LD

R

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000

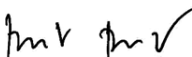


- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- x) solicitar, quando considerar necessário e de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- xi) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 5.11, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76 e desta Escritura, às expensas da Emissora;
- xii) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) eventual omissão, inverdade ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;



5110707

- d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e) resgate, amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 7 acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;
- h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- i) ,declaração sobre a suficiência e exequibilidade da garantia prestada; e
- j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo Grupo Econômico da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/83.
- xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
- b) no seu escritório;
- c) na CVM; e
- d) na sede dos Coordenadores;
- xv) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 5.11.1, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;
- xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas,


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000



5110708

51

assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - a) à CVM; e
 - b) à CETIP;
- xix) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 7 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto;
- xx) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do sítio eletrônico o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora; e
- xxi) acompanhar junto à Emissora, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

9.5 Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

125

2

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110709

- ii) requerer a falência da Emissora, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 Observado o disposto na Cláusula 7 (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) do item 9.5.1 acima, se, convocada a AGD, e esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) do item 9.5.1 acima.

9.6 Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo, nos termos da Cláusula 9.3 acima, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a:

- i) remuneração anual de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) Dias Úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão. A primeira parcela será devida ainda que a Emissão não seja integralizada, a título de estruturação e implantação. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*;
- ii) o pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos ao Agente Fiduciário acrescidos dos valores relativos aos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (d) CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido); e (e) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte); e (f) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- iii) as parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as



datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die*; e

- iv) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo o valor em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- v) o pagamento das parcelas de remuneração acima descritas será realizado mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Emissora, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

9.7 Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas, sempre que possível, tenham sido previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário.

9.7.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos, e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.7.3 As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, as despesas com publicações em geral, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação e estadias,



5110711

despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

10. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1 Convocação

10.1.1 Aplica-se às AGD, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a Assembleia Geral de acionistas. Dessa forma, ficam dispensadas as formalidades de convocação quando houver presença da unanimidade dos Debenturistas à AGD, sendo que neste caso o local da realização da AGD será a sede da Emissora.

10.1.2 A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

10.1.3 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto no item 5.11.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.4 As AGD deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, não se realizando a assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

10.1.5 Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

10.1.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



5110712

SS

10.2 Quórum de Instalação

10.2.1 AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.3 Mesa Diretora

10.3.1 A presidência da AGD caberá (i) a pessoa eleita pelos Debenturistas, (ii) ao Agente Fiduciário, ou (iii) àquele que for designado pela CVM.

10.4 Quórum de Deliberação

10.4.1 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas seguintes hipóteses que dependerão da aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) alteração de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (ii) prazos de vigência das Debêntures em Circulação; (iii) quóruns qualificados expressamente previstos nesta Escritura; (iv); valor e forma de remuneração; (v) resgate; (vi) alteração na cláusula 7, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário aos eventos dispostos na cláusula 7, observado o disposto na Cláusula 10.4.1.1. abaixo; (vii) alterações desta cláusula 10; e (viii) alterações relacionadas à Fiança.

10.4.1.1. Não obstante o disposto na Cláusula 10.4.1, inciso (vi) acima, na hipótese prevista na Cláusula 8.2 inciso (x), a deliberação da AGD para inclusão dos Novos Covenants Financeiros dependerá da aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;

AD

R

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110713

56

- ii) é titular da concessão de serviço público de geração e transmissão de energia elétrica objeto do contrato de concessão para Geração, Transmissão e Distribuição de Energia n.º 001/1996, celebrado entre Emissora e União Federal, em 04 de junho de 1996, que se encontra válida, eficaz e em pleno vigor;
- iii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, societárias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- iv) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura e para realização da Emissão, com fundamento no Despacho ANEEL n.º 1.618, de 23 de abril de 2008, que aprovou alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE;
- v) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- vi) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- vii) a celebração, os termos e condições desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão (a) não infringem o estatuto social da Emissora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte ou ao qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Emissora; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer de seus ativos;
- viii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer evento de vencimento antecipado;

AD

8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LIGHT ENERGIA S/A

Nire: 33300165606

Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A

Arquivamento: ED33000727-5/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110714

57

- ix) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- x) as informações constantes do Formulário de Referência da Emissora, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;
- xi) o Formulário de Referência da Emissora (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores Qualificados, da Emissora e suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes; (b) contém todas as ações judiciais, administrativas e arbitrais relevantes da Emissora; e (c) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 480/09;
- xii) não há outros fatos relevantes em relação à Emissora ou às Debêntures não divulgados no Formulário de Referência da Emissora cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência da Emissora seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente;
- xiii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Formulário de Referência da Emissora foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Emissão e com base em suposições razoáveis;
- xiv) os documentos, informações e materiais informativos fornecidos ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;
- xv) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- xvi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente

AS

R

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A

Nire: 33300165606

Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A

Arquivamento: ED33000727-5/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110715

58

relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- xvii) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei a respeito de que a Emissora tenha sido citada ou notificada, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial ou cujo descumprimento não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- xviii) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- xix) inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (1) que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura; ou (2) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura;
- xx) o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM;
- xxi) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- xxii) atualmente os ratings atribuídos à Emissora pelas agências classificadoras de risco são os seguintes: (i) Fitch Ratings: A- (bra); e (ii) Moodys: Baa2.br; e
- xxiii) até a presente data, nem a Emissora, nem qualquer dos seus gerentes, conselheiros, diretores e empregados ("Representantes") (i) usou os seus recursos e/ou de suas Controladas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) violou a Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"); ou (iv) fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito,

19

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606

Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A43B1BDEBB2AB1533E2305DE144A

Arquivamento: ED33000727-5/000

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal (conjuntamente, "Condutas Indevidas").

11.2 A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, societárias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- iii) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura e para prestação da Fiança;
- iv) os representantes legais da Fiadora que assinam esta Escritura têm poderes societários ou delegados para assumir, em nome da Fiadora, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- v) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Fiadora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- vi) a Fiança constitui obrigação lícita, válida, vinculante e eficaz da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- vii) a celebração, os termos e condições desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão (a) não infringem o estatuto social da Fiadora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Fiadora seja parte ou ao qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Fiadora seja parte ou ao qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Fiadora; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Fiadora ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Fiadora ou qualquer de seus ativos;



5110717

- viii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer evento de vencimento antecipado;
- ix) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Fiadora, em observância ao princípio da boa-fé;
- x) os documentos, informações e materiais informativos fornecidos ao Agente Fiduciário ou aos titulares de Debêntures são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Fiadora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;
- xi) as demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Fiadora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- xii) está, assim como a Emissora, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- xiii) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei que a Fiadora ou qualquer de suas Controladas tenha sido citada ou notificada, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial ou cujo descumprimento não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- xiv) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura;



- xv) inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (1) que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura; ou (2) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura;
- xvi) o registro de companhia aberta da Fiadora está atualizado perante a CVM;
- xvii) não há qualquer ligação entre a Fiadora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- xviii) atualmente os ratings atribuídos à Fiadora pelas agências classificadoras de risco são os seguintes: (i) Fitch Ratings: A- (bra); e (ii) Moodys: Baa3.br; e
- xix) até a presente data, nem a Fiadora, nem qualquer dos seus Representantes: (i) usou os seus recursos e/ou de suas Controladas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) violou a Lei Anticorrupção; ou (iv) incorreu em alguma das Condutas Indevidas.

11.3 A Emissora e a Fiadora, de forma solidária, irrevogável e irrevogável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, inconsistência e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos dos itens 11.1 e 11.2 acima.

11.4 Sem prejuízo do disposto no item 11.3 acima, a Emissora e a Fiadora obrigam-se a notificar o Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar(em) conhecimento, caso qualquer das declarações prestadas nos termos do item 11.1 acima e/ou item 11.2 acima tomou-se falsa, inconsistente e/ou incorreta.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Comunicações



5110719

162

12.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

i) para a Emissora:

LIGHT ENERGIA S.A.

Avenida Marechal Floriano, nº 168, Parte, Segundo Andar, Corredor B, Centro
22080-002 – Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Gustavo Werneck Souza
Telefone: (21) 2211-2560
Fax: (21) 2211-2777
Email: gustavo.souza@light.com.br

ii) para a Fiadora:

LIGHT S.A.

Avenida Marechal Floriano, nº 168, parte, 2ª parte, Corredor A, Centro
22080-002 – Rio de Janeiro – RJ
At.: Sr. Gustavo Werneck Souza
Telefone: (21) 2211-2560
Fax: (21) 2211-2777
Email: gustavo.souza@light.com.br

ii) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304
22640-102 - Rio de Janeiro - RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio
Ferreira
Tel: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

iii) para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal
CEP 03084-010 – São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Vasconcellos

100

Handwritten signatures and initials.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



5110720

Tel.: + 55 (11) 2797-4204
Fax: + 55 (11) 2797-3140
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.

iv) para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Tel.: + 55 (11) 2797-4204
Fax: + 55 (11) 2797-3140
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

v) para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Al. Xingú, 350, 1º andar - Alphaville
06455-030- Barueri - SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por correio eletrônico, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

12.2 Renúncia

12.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será



5110721

interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3 Despesas

12.3.1 A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante, Escriturador e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

12.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do Artigo 784, incisos I e III, do Novo Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos Artigos 497, 815 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5 Disposições Finais

12.5.1 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário não possui a responsabilidade de verificar se os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

12.5.2 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

12.5.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.



65

12.5.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei nº 6.404/76, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

12.5.5 Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.5.6 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.5.7 As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBovespa ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; (iii) na hipótese da Cláusula 8.2, inciso (x), caso as rubricas dos Novos Covenants Financeiros sejam idênticas às utilizadas para cálculo dos Índices Financeiros; ou ainda (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

12.5.8 As Partes declaram neste ato que estão cientes, conhecem e entendem os termos da Lei Anticorrupção e, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obrigam a abster-se de qualquer atividade que constitua violação das disposições dos termos da lei mencionada. Na execução deste instrumento, nem qualquer um dos seus diretores, empregados, agentes, sócios, devem dar, oferecer, pagar, prometer, ou autorizar o pagamento de, direta ou

AB

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A
Nire: 33300165606
Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A
Arquivamento: ED33000727-5/000



5110723

indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente público ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou que violem as regras anticorrupção.

12.5.9 Esta Escritura será regida e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

12.6 Foro

12.6.1 Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

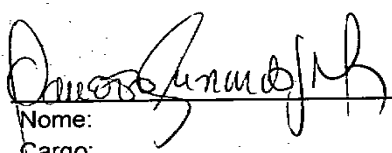
Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2016.

(assinaturas nas páginas seguintes)

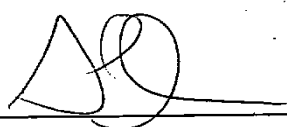


5110724

Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Light Energia S.A., celebrada em 28 de outubro 2016, entre Light Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e Light S.A. – Página de Assinaturas 1/4.

LIGHT ENERGIA S.A.
Nome:
Cargo:

Claudio Bernardo Guimarães de Moraes
Diretor de Finanças


Nome:
Cargo:

Ailton Fernando Dias
Diretor de Gente e Gestão
Empresarial



5110725

Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Light Energia S.A., celebrada em 28 de outubro 2016, entre Light Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e Light S.A. – Página de Assinaturas 2/4.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo: **Pedro Silva**
Procurador

65

SP - 18690249v1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: LIGHT ENERGIA S/A

Nire: 33300165606

Protocolo: 0020163985618 - 01/11/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 03/11/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 9F7DD61E2BC8472388C28E72AEE149813A4A4A3B1BDEBB2AB1533E2305DE144A

Arquivamento: ED33000727-5/000

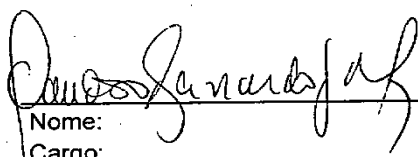
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



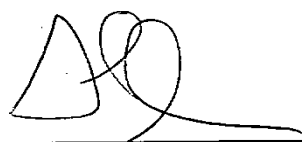
5110726

Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Light Energia S.A., celebrada em 28 de outubro 2016, entre Light Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e Light S.A. – Página de Assinaturas 3/4.


LIGHT S.A.


Nome:
Cargo:

Claudio Bernardo Guimarães de M.
Diretor de Finanças


Nome:
Cargo:

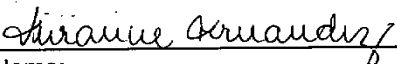
Ailton Fernando Dias
Diretor de Gente e Gestão
Empresarial





Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Light Energia S.A., celebrada em 28 de outubro 2016, entre Light Energia S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, e Light S.A. – Página de Assinaturas 4/4.

Testemunhas:


Nome: Vivianne Giglio Fernandez
Identidade: RG: 167.786 OAB/RJ
CPF: 118.692.97-10


Nome: Pablo Soares dos Santos
Identidade: Gerente de Operações
Financeiras e Seguros
CPF: 098.809.537-89
RG: 02022193-58